



**Garantias de cumprimento do Contrato**

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signatures]*



**TERMO DE GARANTIA BANCÁRIA Nº 9015/005755/393**

Ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde,

Nos termos e para os efeitos da Cláusula 108.<sup>a</sup> do Contrato de Gestão relativo à concessão da gestão do Estabelecimento Hospitalar designado "Hospital de Cascais" e à concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração do Novo Edifício Hospitalar, a CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA, pessoa colectiva n.º 500960046, com sede em Lisboa na Av. João XXI, 63, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 2900, com o capital social de 3.100.000.000,00€, vem prestar, a pedido e por conta de HPP SAÚDE – PARCERIAS CASCAIS, SA, com sede em Lisboa, na Av. da Republica, nº 35-8º, com NIPC 508436664, a garantia bancária no valor de 2.050.000 € (dois milhões e cinquenta mil euros), em caução do bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Gestão do Hospital de Cascais celebrado com o Estado Português.

Consequentemente, obriga-se este banco a pagar, à primeira solicitação, sem quaisquer reservas e até àquele limite, todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário da presente garantia.

A presente garantia é incondicional e irrevogável, devendo este banco proceder ao pagamento de quaisquer quantias no prazo máximo de cinco dias, após notificação para o efeito efectuada pelo beneficiário, não podendo opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer forma questionar a justeza ou fundamento do pedido ou a sua conformidade com o disposto no Contrato de Gestão ou em quaisquer outros documentos do respectivo concurso público.

A presente garantia, de 2.050.000 € (dois milhões e cinquenta mil euros), é válida a partir da data de produção de efeitos do Contrato de Gestão do Hospital de Cascais e manter-se-á em vigor até ser cancelada pelo beneficiário, através de comunicação escrita para o efeito remetida a este banco.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2008

**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.**

Imposto do selo pago por meio de guia  
Verba nº 10.3 da TGIS: EUR: 12.300,00

Reconheço as assinaturas, feitas de  
João Marques Neto Santos e  
de José Raposo Ferreira

feitas na minha presença pelos signatários  
cuja identidade verifiquei por conhecimento pessoal  
e certifiquei a sua qualidade de procuradores Caixa  
Geral de Depósitos, S.A., bem como os seus poderes  
para o ato, conforme procuração arquivada neste  
Notário Público no maço de documentos arquivados  
de acordo com o pedido das partes do ano de 2015 sob nº 180  
Notário Público da Caixa Geral de Depósitos, S.A.  
em Lisboa, 22.10.2018

A Ajuda do NOTÁRIO

Joana Santos Braga

Conta Reg. sob o nº 2668

Santos



**TERMO DE GARANTIA BANCÁRIA Nº 9140/033738/393**

Ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde,

Nos termos e para os efeitos da Cláusula 108.<sup>a</sup> do Contrato de Gestão relativo à concessão da gestão do Estabelecimento Hospitalar designado "Hospital de Cascais" e à concepção, projecto, construção, financiamento, conservação e exploração do Novo Edifício Hospitalar, a Caixa Geral de Depósitos, S.A., pessoa colectiva n.º 500960046, com sede em Lisboa, Av. João XXI, 63, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de € 3.100.000.000,00, vem prestar, a pedido e por conta de TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A., com sede em Edifício 2, Lagoas Park, Porto Salvo, garantia bancária no valor de 1.025.000 € (um milhão e vinte e cinco mil euros), em caução do bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do Contrato de Gestão do Hospital de Cascais celebrado com o Estado Português.

Consequentemente, obriga-se este banco a pagar, à primeira solicitação, sem quaisquer reservas e até àquele limite, todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo beneficiário da presente garantia.

A presente garantia é incondicional e irrevogável, devendo este banco proceder ao pagamento de quaisquer quantias no prazo máximo de cinco dias, após notificação para o efeito efectuada pelo beneficiário, não podendo opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer forma questionar a justeza ou fundamento do pedido ou a sua conformidade com o disposto no Contrato de Gestão ou em quaisquer outros documentos do respectivo concurso público.

A presente garantia, de 1.025.000 € (um milhão e vinte e cinco mil euros), é válida a partir da data de produção de efeitos do Contrato de Gestão do Hospital de Cascais e manter-se-á em vigor até ser cancelada pelo beneficiário, através de comunicação escrita para o efeito remetida a este banco.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2008.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.

*Trinidade*  
*Paula Manuel Cebalga Varg*

Imposto do selo pago por meio de guia  
Verba nº 10.3 da TGIS: EUR: 6.150,00

Reconheço as assinaturas e to de  
Rosa Maria Ferreira Micaelo  
Lírio e de Paulo Marques  
Cabrera Dias  
feitas na minha presença pelo signatários  
cuja identidade verifiquei por conhecimento pessoal  
e certifico a sua qualidade de procuradores da Caixa  
Geral de Depósitos, S.A., bem como os seus poderes  
para o acto, conforme procuração arquivada neste  
Notariado Privativo no maço de documentos arquivada  
de e pedido das partes do ano de 2006 sob o nº 220.  
Notariado Privativo da Caixa Geral de Depósitos, S.A.  
em Lisboa, 22/02/2008

A Ajud' do NOTÁRIO

Joana Paulo Lago

Cadastr. em o nº 2667

João

202188

**XXXI****Obrigações e Garantia dos  
Accionistas**

ulm  
Hil  
R  
R

A

hi  
NR  
R





## Obrigações e Garantia dos Accionistas

Entre:

1. HPP – Hospitais Privados de Portugal, S.G.P.S., S.A., sociedade comercial anónima com sede em Lisboa, na Avenida da República, nº 35, 8º, com o capital social de € 3.500.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 12.891, pessoa colectiva número 506 024 989, representada por Luís António Macedo Pinto Vasconcelos e José Filipe de Sousa Meira, na qualidade de administradores (doravante designada por “**Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento**”)

2. TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., sociedade aberta, com sede no Edifício Dois, “Lagoas Park”, freguesia de Porto Salvo, Concelho de Oeiras, com o Capital Social de € 210.000.000,00, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais sob o nº 15 544-Oeiras, pessoa colectiva nº 500 097 488, titular do alvará de construção nº 24, representada por Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração (doravante designada por “**Accionista da Entidade Gestora do Edifício**”).

Os primeiro e segundo outorgantes doravante designados, em conjunto e abreviadamente, por Accionistas ou Garantes.

3. O Estado Português, neste acto representado pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P., representada por António Manuel Gomes Branco, titular do Bilhete de Identidade n.º 2215832 de 18/09/1997, do Serviço de Identificação Civil de Santarém, residente na Rua de Santa Cruz n.º 2 C, em Tomar, doravante designado por Entidade Pública Contratante (doravante designado por “**Entidade Pública Contratante**”).

Considerando que:

- (a) Na sequência do concurso lançado pelo Estado Português, a Entidade Pública Contratante celebrou, na presente data, com a TDHOSP – Gestão de Edifício Hospitalar, S.A., (doravante designada por “**Entidade Gestora do Edifício**”) e com a HPP Saúde – Parcerias Cascais, S.A. (doravante designada por “**Entidade Gestora do Estabelecimento**”), o Contrato de Gestão relativo à concepção, ao projecto, à construção, ao financiamento, à manutenção e à exploração do Hospital de Cascais;
- (b) O Caderno de Encargos do concurso referido em (a), bem como o Contrato de Gestão, estabelecem uma responsabilidade subsidiária para os Accionistas das Entidades Gestoras;
- (c) Não sendo os Accionistas partes do Contrato de Gestão, é necessário regular os termos e condições de tal responsabilidade perante a Entidade Pública Contratante.

É celebrado o presente Acordo, nos termos do qual o Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e o Accionista da Entidade Gestora do Edifício assumem as obrigações e prestam as garantias, nos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:

#### **1. Declarações e Garantias do Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e do Accionista da Entidade Gestora do Edifício**

O Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e o Accionista da Entidade Gestora do Edifício declaram e garantem em benefício da Entidade Pública Contratante que:

- (a) Têm pleno conhecimento do Contrato de Gestão, celebrado na presente data, entre a Entidade Pública Contratante, a Entidade Gestora do Estabelecimento e a Entidade Gestora do Edifício, o qual tem por escopo a concepção, a construção, a organização e o funcionamento do Hospital de Cascais, tendo em vista a realização de prestações de saúde promotoras, preventivas ou terapêuticas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, em regime de parceria público-privada, no âmbito do qual as referidas Entidades Gestoras



202190

assumiram diversas obrigações, quer para com a Entidade Pública Contratante, quer reciprocamente entre si (doravante designado por “Contrato”);

- (b) Reconhecem e aceitam a assunção de uma responsabilidade subsidiária e solidária pelo pontual cumprimento do Contrato de Gestão por qualquer uma das Entidades Gestoras, incluindo a obrigação de garantirem a realização de fundos a qualquer uma delas, nos termos e condições do presente Acordo e dos Acordos de Subscrição e Realização de Capital;
- (c) Sem prejuízo das obrigações por cada um assumidas perante a respectiva Entidade Gestora, nos termos e condições dos Acordos de Subscrição e Realização de Capital celebrados, cada um dos Accionistas reconhece e aceita a obrigação de reforçar os fundos próprios da Entidade Gestora da qual seja accionista, sempre que esteja em causa o cumprimento pontual do Contrato (doravante o “Reforço de Fundos Accionistas”), em resultado da verificação de qualquer uma das condições identificadas na Cláusula 3.ª do presente Acordo;
- (d) Reconhecem, ainda, que, no âmbito da responsabilidade subsidiária assumida por cada um dos Accionistas (i) garantem, em benefício da Entidade Pública Contratante, o cumprimento pontual de todas as obrigações assumidas no Contrato pelas Entidades Gestoras (doravante a “Garantia do Contrato”), e (ii) garantem, em benefício da Entidade Gestora da qual não são accionistas, o cumprimento da obrigação de Reforço de Fundos Accionistas, mediante o pagamento do montante correspondente à obrigação incumprida pelo Accionista da Entidade Gestora em causa. (doravante “Garantia de Reforço de Fundos Accionistas”);
- (e) O Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e o Accionista da Entidade Gestora do Edifício declaram e garantem que têm capacidade para celebrar e executar o presente Acordo, nos termos e condições dele constantes, tendo sido devidamente autorizados pelos respectivos órgãos sociais competentes, porquanto são accionistas únicos das respectivas Entidades Gestoras, com o inerente domínio total das mesmas.

## 2. Montante Máximo

O montante máximo da obrigação de Reforço de Fundos Accionistas, da Garantia do Contrato e da Garantia do Reforço de Fundos Accionistas tem como limite global, o valor de 10.000.000,00 Euros (dez milhões de euros) (doravante o “**Montante Máximo**”), reduzindo-se este na exacta medida dos montantes que forem realizados a título de Reforço de Fundos Accionistas e/ou pagos em resultado da execução da Garantia do Contrato e/ou da Garantia de Fundos Accionistas.

### **3. Reforço de Fundos Accionistas**

- 3.1 O Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento obriga-se, perante a Entidade Pública Contratante, a realizar a favor da Entidade Gestora do Estabelecimento, fundos próprios, mediante entradas em dinheiro, até ao Montante Máximo, sempre que as contas apresentadas por aquela Entidade Gestora evidenciem que um valor superior a 25% do saldo das contas de passivo relativas a fornecedores e outros credores se encontra em mora por período superior a 180 dias, ou que existe um atraso superior a 30 dias no pagamento das retribuições de trabalhadores, em qualquer dos casos com excepção das situações litigiosas correspondentes a acções judiciais ou a processos arbitrais pendentes.
- 3.2 Por sua vez, o Accionista da Entidade Gestora do Edifício obriga-se, perante a Entidade Pública Contratante, a realizar a favor da Entidade Gestora do Edifício, fundos próprios, mediante entradas em dinheiro, até ao Montante Máximo, sempre que as contas apresentadas por aquela Entidade Gestora evidenciem que um valor superior a 25% do saldo das contas de passivo relativas a fornecedores e outros credores se encontra em mora por período superior a 180 dias, ou que existe um atraso superior a 30 dias no pagamento das retribuições de trabalhadores, em qualquer dos casos com excepção das situações litigiosas correspondentes a acções judiciais ou a processos arbitrais pendentes.
- 3.3 Verificada qualquer uma das condições enunciadas no n.º 3.1 e/ou no n.º 3.2. da presente Cláusula, a Entidade Pública Contratante enviará ao Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e/ou ao Accionista da Entidade Gestora do Edifício, consoante o caso, uma notificação devidamente fundamentada nas contas apresentadas pela Entidade Gestora em causa, exigindo o cumprimento da obrigação de Reforço de Fundos



202191

Accionistas da respectiva Entidade Gestora, considerando-se, para todos os efeitos, tal notificação como conclusiva. Na sequência desta notificação, o Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e/ou o Accionista da Entidade Gestora do Edifício, consoante o caso, fica obrigado a reforçar os capitais próprios da respectiva Entidade Gestora, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua receção, sem prejuízo do exercício, após o Reforço de Fundos Accionistas, do direito de impugnação nos termos do número 6.9 do presente Acordo.

#### 4. Garantia do Reforço de Fundos Accionistas

4.1 Pelo presente Acordo, o Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento garante, até ao limite do Montante Máximo, perante a Entidade Pública Contratante e em benefício da Entidade Gestora do Edifício, o cumprimento da obrigação de pagamento de quaisquer quantias emergentes da obrigação de Reforço de Fundos Accionistas assumida pelo Accionista da Entidade Gestora do Edifício, nos seguintes termos e condições:

- (a) O Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento obriga-se a pagar, por uma ou mais vezes, à Entidade Gestora do Edifício, mediante notificação, por escrito, da Entidade Pública Contratante, quaisquer quantias que sejam devidas àquela Entidade Gestora, em virtude do incumprimento, pelo Accionista da Entidade Gestora do Edifício, da obrigação de Reforço de Fundos Accionistas, até ao limite do Montante Máximo;
- (b) O Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento obriga-se a pagar à Entidade Gestora do Edifício, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da receção da notificação referida na alínea (a) do nº 3.1 da presente Cláusula, o montante nela indicado;
- (c) O Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento reconhece e aceita que não poderá invocar quaisquer excepções para obstar ao pagamento solicitado ao abrigo desta Garantia do Reforço de Fundos Accionistas, não podendo invocar, designadamente quaisquer excepções ou outros meios de defesa baseados em relações passadas, presentes ou futuras com o Accionista da Entidade Gestora do Edifício.

4.2 Por sua vez, o Accionista da Entidade Gestora do Edifício também garante, até ao limite do Montante Máximo, perante a Entidade Pública Contratante e em benefício da Entidade Gestora do Estabelecimento, o cumprimento da obrigação de pagamento de quaisquer quantias emergentes da obrigação de Reforço de Fundos Accionistas assumida pelo Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento, nos seguintes termos e condições:

- (a) O Accionista da Entidade Gestora do Edifício obriga-se a pagar, por uma ou mais vezes, à Entidade Gestora do Estabelecimento, mediante notificação, por escrito, da Entidade Pública Contratante, quaisquer quantias que sejam devidas àquela Entidade Gestora, em virtude do incumprimento, pelo Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento, da obrigação de Reforço de Fundos Accionistas, até ao limite do Montante Máximo;
- (b) O Accionista da Entidade Gestora do Edifício obriga-se a pagar à Entidade Gestora do Estabelecimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da recepção da notificação referida na alínea (a) do nº 3.2 da presente Cláusula, o montante nela indicado;
- (c) O Accionista da Entidade Gestora do Edifício reconhece e aceita que não poderá invocar quaisquer exceções para obstar ao pagamento solicitado ao abrigo desta Garantia do Reforço de Fundos Accionistas, não podendo invocar, designadamente quaisquer exceções ou outros meios de defesa baseados em relações passadas, presentes ou futuras com o Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento.

## **5. Garantia do Contrato**

5.1 Pela presente, o Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e o Accionista da Entidade Gestora do Edifício (doravante designados, em conjunto, por “**Garantes**”) prestam, de forma incondicional e irrevogável, a favor da Entidade Pública Contratante, uma garantia solidária assegurando, até ao Montante Máximo, o pontual e integral cumprimento de todas as obrigações que, para cada uma das Entidades Gestoras, decorram do Contrato.



5.2 Os Garantes obrigam-se, assim, a efectuar o pagamento à Entidade Pública Contratante, por uma ou mais vezes, de qualquer quantia por esta indicada até ao limite do Montante Máximo, em conformidade com os parágrafos seguintes:



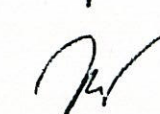
- (a) O accionamento da Garantia do Contrato pressupõe o incumprimento, por qualquer uma das Entidades Gestoras, de quaisquer obrigações emergentes do Contrato e a insuficiência do respectivo património, pelo que a notificação a accionar a garantia, assinada pela Entidade Pública Contratante, com autorização prévia do Ministro da Saúde, deverá incluir a identificação do incumprimento do Contrato de Gestão, a liquidação da quantia devida em função de tal incumprimento e a menção de que o património da Entidade Gestora incumpridora se revelou insuficiente para o cumprimento integral das obrigações incumpridas, considerando-se para todos os efeitos, tal notificação como conclusiva, sem prejuízo do exercício, após o pagamento, do direito de impugnação nos termos do número 6.9 do presente Acordo;
- (b) A notificação referida na alínea anterior será enviada em simultâneo aos Accionistas de ambas as Entidades Gestoras, dando ao Accionista da Entidade Gestora incumpridora um prazo de 15 (quinze) dias e ao Accionista da outra Entidade Gestora um prazo de 30 (trinta) dias para efectuarem o pagamento, sendo que o pagamento efectuado pela primeira exime a segunda da respectiva obrigação, sem prejuízo de continuar a ser exigível o remanescente do Montante Máximo garantido correspondente ao valor ainda não pago.
- (c) Os pagamentos a efectuar pelos Garantes à Entidade Pública Contratante, ao abrigo da presente Garantia do Contrato, serão processados através de transferência bancária para a conta constante da notificação por ela remetida, com data-valor não posterior ao prazo referido na alínea anterior;
- (d) Os Garantes procederão ao pagamento das quantias que lhes forem solicitadas pela Entidade Pública Contratante independentemente de prévia notificação, autorização ou concordância das Entidades Gestoras;

## **6. Disposições Comuns**

- 6.1 A presente Garantia materializa o acordado entre os Accionistas e a Entidade Pública Contratante relativamente ao regime contratual de responsabilidade dos Accionistas perante a Entidade Pública Contratante, renunciando a Entidade Pública Contratante desde já aos direitos que, por força do disposto no artigo 491.º do Código das Sociedades Comerciais, eventualmente pudesse vir a ter contra os Accionistas, decorrentes do facto de cada uma das Entidades Gestoras integrar com o respectivo Accionista um grupo constituído por domínio total.
- 6.2 Todas as notificações e outras comunicações efectuadas ao abrigo desta garantia deverão ser emitidas em português, por escrito, e enviadas por correio registado com aviso de recepção, para a morada do Accionista da Entidade Gestora do Estabelecimento e/ou do Accionista da Entidade Gestora do Edifício acima referidas, considerando-se como recebidas na data desse aviso.
- 6.3 As obrigações emergentes do presente Acordo são pessoais e intransmissíveis, pelo que não poderão ser transferidas ou cedidas, no todo, ou em parte, salvo autorização, expressa e por escrito, da Entidade Pública Contratante.
- 6.4 Se alguma das disposições do presente Acordo for julgada nula ou ilegal, manter-se-ão em vigor as restantes, com as adaptações que se revelarem necessárias.
- 6.5 O presente Acordo só poderá ser alterado com o prévio acordo, expresso e por escrito, da Entidade Pública Contratante.
- 6.6 As obrigações emergentes do presente Acordo tornam-se eficazes na presente data e manter-se-ão válidas, relativamente a cada Accionista, até à data da extinção do Contrato de Gestão relativamente à Entidade Gestora na qual participa.
- 6.7 Autorizada a alienação da totalidade da participação de um Accionista na respectiva Entidade Gestora, nos termos e condições constantes do Contrato de Gestão, cessarão, apenas e exclusivamente no que diz respeito a esse Accionista, as obrigações para ele emergentes do presente Acordo.

202193

1834

6.8 O presente Acordo é regulado e interpretado em conformidade com a Lei Portuguesa.

6.9 Todas as questões emergentes do presente Acordo, designadamente as relativas à interpretação e aplicação das suas cláusulas, serão dirimidas por arbitragem, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto na Cláusula 135.ª do Contrato de Gestão, que todas as Partes declaram conhecer.

Imposto de selo pago por meio de guias no valor de €5.

Feito, em Lisboa, aos vinte e dois dias de Fevereiro de dois mil e oito, em um original e duas cópias autenticadas.

HPP – Hospitais Privados de Portugal, S.G.P.S., S.A.



TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.



Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.





